

Por baixo do pano

MARCOS AGÊ

Editoria de Cidade

As elevadas taxas de desemprego, o inchaço das grandes cidades, provocado, sobretudo pela emigração do campo, e ausência de uma política econômica definida, que privilegie tanto o controle sobre o capital quanto a responsabilidade pela preservação da justiça social, já teriam deflagrado no Brasil uma convulsão social de imensuráveis proporções e dificilmente contornável através dos mecanismos de que dispõe o Estado para assegurar a paz social, se não fosse a existência de um recurso natural, que, via de regra, surge diante de situações como essa pela qual atravessa o país atualmente.

Esses recursos conhecidos em todos os países do mundo porém mais salientes naqueles em desenvolvimento, é chamado pelos economistas de economia subterrânea, marginal, paralela, informal, ou economia da sombra — “shadow economy”, para os ingleses. No Brasil, além de ser considerado mais tradicional “jeitinho”, vem sendo rotulado também como “por debaixo do pano”. Tem surgido, ao longo da história, de forma mais cristalina nos governos autocráticos, como reflexo da presença maciça e do controle estatal sobre a nação, mas é também, paradoxalmente, reflexo da ausência desse mesmo controle, noutros casos. “É incipiente ao próprio sistema econômico mundial, pois pode ser considerada a mais primária das referências que criaram a economia oficial”, explica, por exemplo, Dercio Munhoz, professor de economia da Universidade de Brasília e um dos estudiosos no assunto. “O entendimento dessa economia da sombra pode ajudar no desenvolvimento de uma política econômica que se espelhe na necessidade de manutenção da justiça social”, justifica ele.

O jogo do bicho a camelotagem, o mercado negro do dólar, do ouro, pedras preciosas, a

agiotagem, as propinas, a corrupção — os lucros **por fora** nas negociações oficiais — e uma gama de atividades que fogem ao controle — embora não necessariamente ao conhecimento — do governo e que não constam como rendas declaráveis para o fisco podem representar, em países como o Brasil, pelo menos um terço amputado do Produto Interno Bruto. Essa economia paralela literalmente suporta o **Brasil Black** de Henfil.

Para Dercio Munhoz, o “por fora”, “dinheiro frio”, ou o “caixa dois” das empresas — formas de se definir o dinheiro que abandona as declarações de renda e assume os porões da economia — representa, numa estimativa tímida, cerca de 80 bilhões de dólares anuais que o Brasil deixa de computar na composição de seu PIB. “Na economia norte-americana, tida como organizada e respaldada por um sistema político estável, há estudos que indicam chegar a 20% do PIB a economia da sombra. Isso se observando que nos EUA é extremamente eficiente o controle fiscal, as punições são rigorosas e existe todo um aparato da informática assegurando o controle sobre o cidadão”.

Munhoz atribui à própria desorganização social a inchaço da economia da sombra. “Não são os ambulantes o principal

Gilberto Alves



Munhoz

sustentáculo dessa economia, pois esses têm renda baixa, embora não se deva deixar de considerar que, à medida em que o

desemprego aumenta, o êxodo às grandes cidades é estimulado e a entrada de jovens no mercado de trabalho se mantém em níveis altos, como resultado do crescimento populacional, se crie uma propensão ao comércio ambulante”, comenta ele, para quem o problema mais grave dentro dessa realidade é a falta de uma legislação fazedora ativa e uma legislação penal que alcance todos os setores. “Você não vê os **colarinhos brancos** nas páginas de Polícia dos jornais”, reclama, ressaltando, porém, que “fica difícil se quer punir ou considerar impatriótica uma pessoa que esteja procurando uma guarida para seu dinheiro”.

— A economia da sombra não pode deixar de existir e é impossível tentar acabar com ela. Pode-se, porém, minimizá-la. Mas, isso é um problema muito mais político. Com tantas e indefinidas mudanças nas regras do jogo dos investimentos, as pessoas tendem a fugir da aplicação em títulos ou depósitos, para se refugiar na compra de moeda estrangeira, ouro. O mercado negro vem se fortalecendo porque há muito dinheiro legítimo procurando apenas se livrar da inflação, muito embora também seja imensurável o volume de dinheiro ilegal nesse sistema.

Munhoz enfatiza que somente através de um sistema político que permita a participação efetiva do Congresso, como representante de todos os setores da sociedade, nas decisões econômicas é possível se criar expectativas seguras que credibilizem a economia oficial. “Em regimes autocráticos”, critica ele, a economia da sombra tende a aumentar porque esses regimes favorecem a corrupção e a circulação de propinas”, além de dificultar o bem-estar.

A economia da sombra, para ele, pode servir como válvula de escape para a sociedade não

explodir. Mas, também faz com que o preço real dos bens cresçam, prejudicando o acesso do consumidor e estrangulando o comércio. Como um agente responsável por isso, Munhoz cita o “caixa dois” de empresas que apontam superfaturamento nas importações e o subfaturamento nas exportações, recebendo o restante “por fora”. “As empresas”, explica ele, “vendem um produto por cem e faturam por 80, recebendo o restante pela **conta dois**, ou compram por 80 e faturam por 100, recebendo da mesma forma a diferença em moeda estrangeira”.

“A crise pode levar a uma queda de arrecadação mais que proporcional à queda dos negócios”, afirma ele, justificando que “a empresa vem certinha a vida toda, mas diante da ameaça de falência apela para a sonegação, o **caixa dois**, à economia subterrânea, para fugir dessa ameaça, que também é representada pelas altas taxas de juros embora seja um reflexo maior da desorganizada política econômica.

SOBREVIVÊNCIA

“A economia da sombra é um problema que existe em todas as sociedades. Mas, não pode ser tratada de forma abstrata, acadêmica. Tem que ser encarada como a falta de uma política econômica que privilegie a justiça social, o que somente é alcançável através de um regime de fato organizado, o que pressupõe a necessidade de se estabelecer uma democracia participante”, recomenda, estimando que se a parte dos “colarinhos brancos” na economia da sombra fosse incorporada à receita oficial, o país poderia contar com pelo menos 40 trilhões de cruzeiros a mais no PIB estimado para este ano — cerca de 240 trilhões. “Um volume de dinheiro”, para ele, “capaz de permitir a arrumação da casa e de corrigir tantas distorções sociais existentes no Brasil, essas próprias, agentes impulsores da economia subterrânea ou economia da sobrevivência”.